

Um olhar sobre a arqueologia

PEDRO MENESES

ENGENHEIRO, INSTITUTO DAS ESTRADAS DE PORTUGAL, (IEP)

A revista ERA solicitou-me amavelmente que escrevesse um pequeno texto em que procurasse transmitir a minha visão sobre o trabalho do arqueólogo, enquanto interveniente na nossa sociedade e no contributo dado pela arqueologia para a preservação de um espaço enquanto memória colectiva que a todos respeita.

É neste âmbito que, enquanto cidadão, mas também como Engenheiro responsável pela elaboração de Estudos Rodoviários e que se confronta amiúde com “documentos” representativos de um passado, do qual se justifica perceber qual o seu grau de importância, se me colocam questões sobre as quais vale a pena reflectir.

Por um lado, as razões porque confrontamos a importância de peças, enquanto testemunhos de uma cultura a preservar e que se nos revelam como ferramentas necessárias ao conhecimento da nossa identidade, mas, por outro, (e pela sua dispersão geográfica), como geradores de dificuldades na concretização de empreendimentos, nomeadamente na oferta de melhores acessibilidades, quer sejam estradas ou caminhos-de-ferro.

Penso que é nesta aparente dicotomia que se perspectiva, nos dias de hoje, o grande desafio dos nossos técnicos, responsá-

veis por uma sociedade que exige progresso (realização de empreendimentos), mas que dá igualmente uma grande atenção à preservação da sua memória colectiva, numa época em que a globalização dos costumes pode submergir identidades que não se souberam afirmar convenientemente na sua especificidade.

O meu relacionamento com o mundo da arqueologia começou bem cedo, enquanto estudante do liceu, interiorizando progressivamente a ideia de se constituir a arqueologia como uma ciência (já aqui reflectia uma atitude de Engenheiro...) que nos facultava as ferramentas necessárias para um melhor conhecimento da nossa História, embora, por vezes, muito recuada perante a civilização com que me identificava. Já aqui estas ferramentas se revelavam como testemunhos físicos que fundamentavam pressupostos para o desenvolvimento de teses ou ideias.

Foi já tarde, enquanto Engenheiro “profissional da estrada”, que esta matéria de algum modo deixou de ser tão pacífica, ou mesmo inócua, sentindo-me confrontado com os valores de progresso que se pretendem rever em obras de Engenharia e que, de algum modo, me obrigaram a reequacionar um modelo aparentemente arrumado. Esta situação tornava-se mais evidente quando a imagem estética

Por um lado, enquanto testemunhos de uma cultura a preservar, mas, por outro, como geradores de dificuldades na concretização de empreendimentos. Mas Foz Côa possibilitou também um repensar com maior exigência e acuidade, na procura de soluções que permitam conciliar dois mundos de interesses aparentemente contraditórios

desses testemunhos não estabelecia “afectos” (mesmo no seu enquadramento histórico), não se vislumbrando mais do que um conjunto de “cacós” ou “riscos” sem nexos num qualquer pedaço de xisto, constituindo-se tão-somente como obstáculos à execução de obras. Porque não removê-los simplesmente para um museu ou deixá-los submergir, onde estariam melhor resguardados de intempéries físicas ou humanas?

Julgo que o exemplo paradigmático deste modo de pensar poder-se-á ainda rever em todo o processo de Foz Côa, em que nós Engenheiros, que sempre nos apoiámos em números e cálculos, nos questionamos se uma análise económica séria não poderia ter sido efectuada, embora se afigure inatingível a quantificação dos benefícios traduzidos na preservação das gravuras.

Mas Foz Côa possibilitou também um repensar com maior exigência e acuidade, na procura de soluções que permitam conciliar dois mundos de interesses aparentemente contraditórios e que levantam novas interrogações.

Que património (pré-histórico) pretendemos preservar para o futuro e em que medida isso

contribui para o enriquecimento daqueles que irão usufruir desse bem? A que custos a sua implementação obriga? Num sentido abrangente, a resposta que procuramos passa necessariamente pelo conceito de **Desenvolvimento Sustentável**, no sentido de perceber que a destruição de um testemunho é sempre um acto sem retorno ou emenda, e que poderemos responder por isso às gerações futuras.

Julgo ser de fechar este pequeno documento de reflexão pelo modo em que, como técnico do Instituto de Estradas, este tipo de assuntos tem sido conduzidos inseridos na estrutura dos actuais Estudos de Impacte Ambiental (EIA).

Construir uma estrada implica, por vezes destruir vestígios arqueológicos, pelo que, logo numa fase inicial de escolha dos possíveis corredores para a sua implantação, se analisa toda a informação bibliográfica disponível sobre o património local, se consultam os organismos responsáveis pelo património cultural (IPA, DGEMN, etc.) bem como as entidades directamente envolvidas nesse empreendimento e conhecedoras da região. Finalmente, procede-se a reconhecimentos de campo, de modo a permitir um primeiro zonamento arqueológico. Pretende-

-se com este conjunto de trabalhos minimizar, desde logo, possíveis impactes, numa fase ainda incipiente do empreendimento. É sobre a profundidade da “informação arqueológica” traduzida nos reconhecimentos de campo, em que fases devem ser desenvolvidos e que metodologia aplicar, que esta matéria merece reflexão.

Na fase de Estudo Prévio, analisam-se corredores alternativos. Estes, na sua totalidade, perfazem, por vezes, mais de 100 km de traçados, situando-se em locais de orografia muito variável, onde as acessibilidades se tornam particularmente difíceis. Se se afigura já, como um trabalho de rotina, a pesquisa bibliográfica exaustiva e a prospecção selectiva em zonas mais sensíveis; proceder-se a trabalhos de prospecção sistemática pode afigurar-se pouco ou mesmo nada exequível, pela dimensão de trabalhos a que essa metodologia obriga. Reconhece-se, contudo, que esta seria a melhor forma, por possibilitar, desde logo, fundamentar a escolha do corredor que reuniria um menor número de impactes, face a todos os elementos detectados nessa prospecção.

Considerando-se esta medida como demasiado onerosa, pese embora como iminentemente prospectiva, o que é uma vantagem, será unicamente sobre o corredor aprovado, o qual na fase descrita não foi objecto de prospecção sistemática, que se irão realizar os trabalhos arqueológicos. Estes serão executados com base nas recomendações do EIA e terão como base uma cartografia mais pormenorizada, dado nos encontrarmos na fase de Projecto de Execução.

As medidas de minimização referidas no EIA efectuado no Estudo Prévio permitem tão-só acautelar o futuro projecto, identificando potenciais locais de interesse arqueológico. Obriga-se, por vezes, a executar escavações arqueológicas já na fase de projecto e geralmente com o traçado “amarrado”, nada nos garantindo que, apesar daquelas áreas terem sido identificadas em fases anteriores, o traçado não tenha que ser alterado.

Devido a esta condicionante, julgo que uma medida nova a implementar poderia desenhar-se na obrigatoriedade de se proceder à prospecção arqueológica sistemática dentro do corredor aprovado (200 m), recorrendo a sondagens sempre que se afigurasse necessário, a efectuar numa fase intercalar, entre o Estudo Prévio e o Projecto de Execução.

Evitava-se, assim, que os trabalhos de arqueologia se iniciassem já numa fase muito adiantada dos Estudos, com o traçado já calculado, ou mesmo em fase de obra, com as máquinas a darem início aos trabalhos de terraplenagens, implicando então a sua paragem, com os custos inerentes que daí advêm .

Considero que os empreendimentos rodoviários têm, de algum modo, contribuído para o desenvolvimento da Investigação Arqueológica, como também para a preservação desse Património

Como súpula, e pese embora possa parecer surpreendente, considero que os empreendimentos rodoviários têm, de algum modo, contribuído para o desenvolvimento da Investigação Arqueológica, como também para a preservação desse Património.

A constituição obrigatória de equipas de arqueólogos, para a execução de Estudos Rodoviários e que a legislação assim o obriga actualmente (Dec. Lei 69/2000 e 107/2001), mas que o próprio IEP já há vários anos naturalmente o assumiu, tem possibilitado a intervenção de arqueólogos em todas as fases dos estudos, permitindo sistematizar se não descobrir novos vestígios patrimoniais, preservando o espólio existente e contribuindo para a criação de novas metodologias que garantam essa mesma preservação.